



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

FRANCISCO RODRIGO LOPES DE SOUSA

**PERSPECTIVA HISTÓRICA E CONCEPÇÕES PRESENTES NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO DE CASO**

**FORTALEZA
2017**

FRANCISCO RODRIGO LOPES DE SOUSA

**PERSPECTIVA HISTÓRICA E CONCEPÇÕES PRESENTES NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia-FACED da Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial
à obtenção do título de Pedagogo.

Orientador: Prof^a. Dra Clarice Zientarski

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L852p Lopes, Francisco Rodrigo Lopes de Sousa.
PESPECTIVAS HISTÓRICA E CONCEPÇÕES PRESENTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS: UM ESTUDO DE CASO / Francisco Rodrigo Lopes de Sousa Lopes. – 2017.
59 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação,
Curso de Pedagogia
. Fortaleza, 2017.

Orientação: Prof. Dr. Profª. Dra Clarice Zientarski.
Coorientação: Profª. Dra. Profª. Dra Clarice Zientarski.

1. Educação de Jovens e Adultos; 2. Educando; 3. Papel do Professor. I. Título.

CDD 370

FRANCISCO RODRIGO LOPES DE SOUSA

**PERSPECTIVA HISTÓRICA E CONCEPÇÕES PRESENTES NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia-FACED da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Pedagogo.

Orientador: Prof^a. Dra Clarice Zientarski

Aprovada em: 07/02/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr ^a Clarice Zientarski.

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Mcs. Universidade Federal do Ceará (UFC)

Sabrina Zientarski de Bragança

Dedicatória

Dedico este trabalho,
Aos meus pais, Maria do Carmo Sousa e
Francisco Bena de Sousa, pelo amor,
educação, dedicação, ensinamentos,
apoio, pelo incentivo a estudar e pela
minha vida. Amo vocês, sempre.

AGRADECIMENTO

A Jeová Deus, por minha vida.

Aos meus pais, pela grandiosa educação e amor.

Aos meus irmãos.

A minha agora noiva e futura esposa Tainá Batista pela força e paciência.

Todos os educadores, educadoras e funcionários da escola observada, pelo maravilhoso exemplo de dedicação e amor à profissão, pelos ensinamentos, apoio, amizade e pelas inúmeras contribuições para que esse trabalho fosse realizado.

A todos os meus professores, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

À professora Profª. Dra Clarice Zientarski, por todas as orientações.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que esse sonho fosse realizado.

Muito obrigado a todos!

Não basta saber que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.

(Freire, in educação nas cidades. 1991)

RESUMO

Esta pesquisa intitulada: “**Perspectiva histórica e concepções presentes na educação de jovens e adultos: um estudo de caso**” tem como objetivo geral perceber como se dá o desenvolvimento educacional e o processo de aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos e, ainda: identificar o papel do professor, com suas limitações e possibilidades e por objetivos específicos; perceber a rotina do professor na escola, observando sua prática e se está sendo desempenhada de forma condizente a promover o aprendizado dos alunos. O suporte teórico teve por base os estudos de alguns especialistas da educação, em especial Paulo Freire (1981). Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram: observações e entrevistas com quatro educadores de Educação de Jovens e Adultos em uma escola da rede pública de ensino. A análise dos dados da pesquisa qualitativa revelou que o papel do professor na Educação de Jovens e Adultos da escola observada perpassa a visão de alguns teóricos, que definem o papel do professor como mediador e construtor do conhecimento, pois na prática o educador precisa superar-se para desenvolver seu trabalho de forma a propiciar o aprendizado dos alunos.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos; Educando; Papel do Professor.

ABSTRACT

This research entitled: "historical perspective and ideas present in adult and youth education: a case study", aims to understand how the General educational development and the learning process in education for young people and adults and also: identify the role of the teacher, with their limitations and possibilities and specific objectives; understand the teacher's school routine, watching your practice and is being carried out in a manner consistent to promote student learning. The theoretical support was based on the studies of some education specialists, such as Paulo Freire (1981), among others. The instruments used for data collection were: observations and interviews with four educators of youth and adult education in a school in the public school system. The data show that the role of the teacher in education of young people and adults in the school observed is the sight of some theorists, that define the role of the teacher.

Keywords: adult and youth education; Educating; Role of the teacher.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1	
CAPÍTULO I: BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	14
1.2. O processo de alfabetização de jovens e adultos: impulso para o desenvolvimento econômico do País?.....	19
1.3. Educação de Jovens e Adultos e os Documentos Oficiais Brasileiros.....	23
1.4. As prerrogativas legais sobre a formação docente e o papel dos professores da EJA.....	24
1.5. O Papel do Professor na Educação de Jovens e Adultos.....	27
CAPÍTULO II A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O ESTUDO DE CASO SOBRE A ESCOLA EM DISCUSSÃO.....	32
2.1. O Perfil da Instituição.....	33
2.2. Perfil da Sala Observada.....	35
3. CAPÍTULO III APROXIMAÇÕES INICIAIS COM O OBJETO E OBJETIVOS DA PESQUISA: O QUE PENSAM E COMO AGEM OS PROFESSORES DA EJA.....	39
a) A observação das práticas do Professor E1.....	39
b) As aulas desenvolvidas pela professora E2.....	42
c) As práticas da professora E3.....	43
d) A aula ministrada pelo Professor E4.....	45
3.2. Aprofundando nossas Aproximações Iniciais.....	48
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a compreender o papel do professor na Educação de Jovens e Adultos em salas com alunos do ensino fundamental de EJA, tendo como foco a prática que desenvolve, e se esta é desempenhada de forma condizente com as recomendações de teóricos como Paulo Freire, contribuindo para o aprendizado do educando.

O interesse pelo tema surgiu a partir de experiências vivenciada com um familiar que não foi alfabetizado, o qual passei a ensiná-lo informalmente e este veio a ingressar na Educação de Jovens e Adultos, soma-se a isso minha identificação com essa modalidade de ensino a qual me motivou a pesquisar a prática enquanto futuro educador. A partir dos dados coletados na pesquisa pudemos perceber a necessidade urgente de se refletir sobre a nossa prática, e analisar se estamos contribuindo para o aprendizado dos alunos, por meio de nossas atividades e atitudes.

Trata-se de uma temática de extrema relevância para os estudantes do curso de Pedagogia e professores de Educação de Jovens e Adultos comprometidos com o ensino de boa qualidade, e que almejam melhorar, analisar ou repensar sua prática cotidiana com os educandos, Tal pesquisa possibilitou perceber a prática do professor na escola, e contou com um suporte teórico para desenvolver um trabalho fundamentado para a Educação de Jovens e Adultos.

Nesse sentido, elencamos como questões centrais da nossa pesquisa: o que é a EJA? Quando surgiu e com que finalidade? O que os documentos Legais dizem sobre a Educação de Jovens e Adultos? Qual o papel do professor na visão de Paulo Freire (1981) e outros autores. E qual é o papel do professor de Educação de Jovens e Adultos no exercício de sua função.

O objetivo geral da pesquisa foi compreender o papel do professor na Educação de Jovens e Adultos com alunos do ensino fundamental na modalidade de EJA, dentre os objetivos específicos identificar a rotina do professor na escola,

observando sua prática e se está sendo desempenhada de forma condizente a promover o aprendizado dos alunos.

É nessa direção que a pesquisa aqui apresentada se encaminha, para discutir e refletir sobre a prática dos professores de Educação de Jovens e Adultos. Considerando a problemática anunciada, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2007), a abordagem qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. A abordagem qualitativa vai em defesa da ascensão e da produção de conhecimento, o que condiz com o interesse dessa pesquisa.

Em relação ao caminho metodológico, por um lado procuramos compreender a visão de alguns teóricos sobre o papel do professor na Educação de Jovens e Adultos a fim de reunir conhecimentos sobre o tema para auxiliar na análise do objeto. Por outro lado, era imprescindível uma aproximação da realidade vivenciada pelos professores e alunos, para perceber os papéis que o professor desempenha na prática.

Assim, o caminho adotado para a realização deste trabalho foram os seguintes: levantamento bibliográfico sobre alguns teóricos da nossa temática pesquisada, no qual estudamos em especial as obras de Paulo Freire (1981). Também, uma pesquisa de campo, do tipo estudo de caso, em uma escola pública. O estudo de caso foi realizado por meio de entrevistas com quatro professores e observações da prática deles nas salas de aula.

Os principais sujeitos da pesquisa foram os educadores, aqui chamados de educadores, pelo fato destes afirmarem, durante as entrevistas, que estão em constante processo de aprendizagem e não como pensam os professores tradicionais, considerando-se donos do saber. Amam a profissão que exercem e tentam fazer o melhor possível com os recursos que dispunham no momento. Pois para eles não basta ser professores é preciso ser educadores. Estando de acordo com Rubens Alves que sobre isso diz:

Educadores, onde estarão? Em que covas terão se escondido? Professores, há aos milhares. Mas professor é profissão, não é algo que se define por dentro, por amor. Educador, ao contrário, não é profissão; é vocação. E toda ação nasce de um grande amor, de uma grande esperança. (RUBENS ALVES, 1980, p.11) (Rubem Alves – Conversas com quem gosta de Ensinar.)

Também foram sujeitos da presente pesquisa, coordenadores pedagógicos e os alunos de EJA regularmente matriculados na escola na qual foi realizada a pesquisa.

Nessa direção, buscamos esclarecer e compreender a prática dos educadores com os educandos, refletir sobre qual é o papel do professor na Educação de Jovens e Adultos, e analisar como os educadores estão desempenhando esse papel. Neste sentido, defendemos que o estudo torna-se uma possibilidade para que se tenha uma visão crítica da prática, e a partir daí melhorar o trabalho dos futuros educadores.

A partir dessas reflexões organizamos este trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Breve Trajetória Histórica Da Educação De Jovens E Adultos No Brasil” e o subcapítulos, que recebem os títulos de: “1.2 O processo de alfabetização de jovens e adultos: impulso para o desenvolvimento econômico do país?; 1.3. Educação de Jovens e Adultos e os Documentos Oficiais Brasileiros; 1.4. As prerrogativas legais sobre a formação docente e o papel dos professores da EJA e o subcapítulo, 1.5. O papel do professor na Educação de Jovens e Adultos”, é apresentado uma análise histórica de quando surgiu a Educação para Jovens e Adultos, com que finalidade, quem foram o público alvo e as políticas do Estado com essa etapa da educação básica, assim como uma análise das leis que regulamentam a educação no Brasil.

O segundo capítulo, intitulado “A Educação de Jovens e Adultos: O Estudo de Caso Sobre a Escola em Discussão”, descrevemos a escola em seus aspectos estruturais, como instalações, mobiliário e material didático, funcionamento, horários e rotinas da escola, número de alunos matriculados, proposta pedagógica, número de professores, formação continuada para os professores, dificuldades vividas pelos alunos e seus famílias, como também apresentamos a região circunvizinha a escola e seus moradores.

No terceiro capítulo que tem como título: “Aproximações Iniciais Com O Objeto E Objetivos Da Pesquisa: O Que Pensam E Como Agem Os Professores De EJA” relatamos as observações extraídas de quatro professores do ensino fundamental de EJA as quais agregaram imenso valor à pesquisa, pois foi possível teorizar sobre o

tema e ter a satisfação de presenciar a prática desses profissionais. Além disso, os quatro foram convidados para a aplicação de uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas, buscando coletar mais informações que contribuíssem para nossa pesquisa. No subcapítulo 3.2, no qual analisamos as respostas das professoras entrevistadas fazendo uma correlação com as teorias dos estudiosos da educação e nossas posições. Este, portanto, é o teor do trabalho que apresentamos a seguir.

CAPÍTULO I

BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

No Brasil, a Educação para jovens e adultos, teve inicio na época do Brasil Colônia com o advindo da catequização dos índios. Nesse período, a educação que se transmitia era voltada para o aprendizado, no que concerne aos trabalhos manuais, que eles próprios executariam, também, da língua portuguesa, além da transmissão da educação mantenedora do sistema político-econômico vigente, o colonial.

Em 1759, os jesuítas, expulsos, saem do Brasil, daí a educação para Jovens e Adultos se torna ainda mais precária e em estado de extrema desorganização. A partir de então, fica a cargo do império reorganizar e desenvolver a educação para adultos. No entanto, foi feita apenas para as classes mais abastadas, excluindo-se, assim, os índios e os negros. Isso pode ser comprovado pelas aulas régias, conforme salienta Aguiar (2011). O autor sublinha que as aulas régias eram destinadas aos brancos, do sexo masculino, filhos dos colonizadores portugueses. Ensina-se latim, grego, filosofia e retórica, disciplinas voltadas para o exercício de profissões nobres.

Assim, só muitos anos depois, em 1878, observam-se algumas ações do Estado no sentido de instituir dispositivos legais com o objetivo de, minimamente, atender o direito de educação aos adultos analfabetos. Depois do Decreto n° 7.031 de 06 de setembro de 1878, foram criados cursos, que funcionavam apenas no período noturno, para analfabetos nas escolas públicas de educação elementar. Esses cursos eram somente para o sexo masculino, portanto, aqui, as mulheres ainda não tinham acesso à educação de adultos.

No ano seguinte, através do Decreto n° 7.247, de 19 de abril de 1879 se deu a Reforma Leônicio de Carvalho, que intitulava ainda mais o analfabeto como

incompetente e dependente¹. Essa ideia do analfabeto se deu bem antes, com o Ato Constitucional de 1834 onde passou a ser responsabilidade das províncias a instrução primária e secundária de todos, daí o ato de ensinar essas pessoas era tido como um favor dos sujeitos letrados aos indivíduos degradantes e perigosos. (LIRA, 1949).

Esse decreto acabou por também estimular a alfabetização dos adultos, indicando que as pessoas que soubessem ler e escrever, tinham preferência para trabalhar nas oficinas do Estado (LIRA, 1949). No Relatório de 1878, Leônicio de Carvalho, então Ministro, alerta a assembleia legislativa para a necessidade da criação de cursos para o ensino primário destinado aos adultos devido à reforma do sistema eleitoral que exigiria saber ler e escrever para que pudesse votar. Leônicio foi membro da organização da exposição pedagógica, ocorrida em 1883, no congresso exerceu cargo de secretário, também foi presidente da Associação Propagadora dos Cursos Noturnos e veio a falecer no dia 9 de fevereiro de 1912. (LIRA, 1949).

Percebia-se uma forte mobilização da sociedade no intuito de acabar totalmente com o analfabetismo, encarado como um mal extremamente perigoso e que deveria ser exterminado o mais rápido possível. A partir dessa ideia as pessoas analfabetas passaram a ser consideradas culpadas pela situação difícil de subdesenvolvimento em que o Brasil se encontrava. Nesse período, temos como destaque, a criação da Liga Brasileira contra o Analfabetismo em 1915, que pretendia exterminar o analfabetismo para, assim, dar um tom de estabilidade nas instituições pertencentes a república. As discussões no momento tinham como objetivo central fazer com que essas pessoas analfabetas que eram tidas como inúteis, passassem a contribuir com o desenvolvimento do Brasil. (THYELES, 2010).

Tais discussões também envolvem questões sobre a melhoria da qualidade do ensino que se oferecia no Brasil, tanto através da otimização didática quanto do aperfeiçoamento pedagógico. Esse período ficou caracterizado como otimismos pedagógico pois apresentava-se a educação como redentora da nação. Aqui se observa vários debates políticos e esses debates são marcados pela intensidade em que se discute a urgência em colocar a educação como dever do Estado.

¹ Leônicio de Carvalho nasceu no dia 18 de junho de 1847, na cidade de Iguaçu, na província do Rio de Janeiro, ocupou a pasta dos Negócios do Império no gabinete em 15 de janeiro de 1878, tendo sido eleito deputado pela província de São Paulo no mesmo ano, manteve-se na Câmara até 1881. Leônicio de Carvalho, por meio do Decreto de 19 de abril de 1879, autorizava o governo a criar cursos nas províncias para o ensino primário, abrindo, com isso, a possibilidade dos escravos frequentar as escolas.

Essas discussões tem maior abrangência nas décadas de 1920 e 1930, pois a Revolução de 1930 trouxe muitas mudanças políticas e também econômicas e se dá o processo de industrialização no Brasil, com isso a EJA passa a ter seu lugar na história da educação brasileira:

As reformas da década de 20 tratam da educação dos adultos ao mesmo tempo em que cuidam da renovação dos sistemas de um modo geral. Somente na reforma de 28 do Distrito Federal ela recebe mais ênfase, renovando-se o ensino dos adultos na primeira metade dos anos 30 (PAIVA, 1973, p. 168).

A importância se dá principalmente devido o processo de urbanização e industrialização que exigia a ampliação da escolarização, tanto para adolescentes, como também para adultos. De acordo com Helácio Antunha (in Piletti, 1988 p. 190), foi durante o período da República, em especial de 1930 em diante, que se construiu o sistema educativo brasileiro, elaborado a partir de alguns princípios basilares, com discussões que aconteceram no decorrer da Primeira República e inscrito nas constituições, especialmente a partir da constituição de 1934.

A gratuidade já figurou na Constituição de 1824. A Constituição de 1891 nada disse a respeito, deixando ao Estado a responsabilidade, como encarregado do ensino primário. Gratuidade e obrigatoriedade aparecem juntas pela primeira vez na Constituição de 1934, que em seu artigo 150 institui o “ensino primário integral gratuito e a frequência obrigatória, extensiva aos adultos”. A partir daí o princípio da gratuidade e da obrigatoriedade jamais deixou de estar presente em nossa Constituição. (PILETTI, 1988, p. 190).

Corroboramos com o pensamento de TLYLES (2010) quando aponta que o descaso com a educação dos anos anteriores fez com que o Brasil atingisse uma impressionante marca de 72% de analfabetismo ainda em 1920. (TLYLES 2010, p. 52).

Na década de 1940 essa situação não mudou muito, embora esse período tenha sido caracterizado por iniciativas e mudanças que proporcionaram um grande avanço na educação em geral, como também na EJA. A sociedade capitalista e os grupos dominantes da época viram na criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) algo que em muito iria contribuir com seus anseios e interesses, pois para eles o

desenvolvimento industrial do país estava atrelado a educação profissional, e a estagnação econômica tinha relação direta com à falta de educação escolar. (GADOTTI; ROMÃO, 2006).

Outro acontecimento de importância para a educação na década de 1940 foi a regulamentação do Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP), tendo como criador o professor Anísio Teixeira, este que na década de 1960, apresentou uma proposta de como definir e implantar um fundo que garantisse recursos permanentes para o ensino primário. (AMARAL, 2001, p. 278)

O professor Anísio Teixeira tinha como preocupação o fato de existir uma forte desigualdade na formação dos alunos entre os municípios, e isso era devido, segundo o seu entendimento, a desigualdade econômica e cultural existente entre as localidades. Para tentar diminuir esse problema defendeu a criação de um “custo padrão” onde se obtinha o custo de cada aluno mantido pelo poder público e pré-fixava esse custo anualmente tanto para o aluno financiado pela União, como pelo Estado ou Municípios. Daí seria feito uma redistribuição entre os municípios de um estado da federação os recursos já existentes para a educação fundamental. (AMARAL, 2001). Além disso, esse fundo “estabelecia que 25% dos recursos fossem empregados na educação de adolescentes e adultos” (MEDEIROS, 1999, p.182).

Outro fator que também contribuiu para essa trajetória foi a campanha de educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) onde se começou a pensar o material didático que seria usado na educação de adultos. Somam-se a isso outros acontecimentos que foram fundamentais para a estruturação da EJA. Nesse sentido, podemos citar a realização do 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos em 1947, onde foi feito uma avaliação da EJA e de sua metodologia. Assim,

Realizou-se a primeira avaliação sobre o enorme índice de analfabetismo no país, passou-se já a interpretar a EJA como algo bem maior do que a simples transmissão de técnicas elementares da leitura e da escrita, além de se discutir a necessidade de uma diferenciação metodológica para a EJA, levando-se em consideração o meio rural e urbano (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2005, p. 2).

Outro, de grande importância, fechando essa década, foi o Seminário Interamericano de Educação de Adultos ocorrido em 1949 promovido pela Organização

das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)² e pela Organização dos Estados Americanos (OEA)³. O Qual objetivava, entre outros, estruturação política, incorporação dos índios e populações rurais na vida nacional, além de um bem estar de todos.

Seminário Interamericano de Educação, promovido pela UNESCO e pela OEA em 1949, com sede no Rio de Janeiro, configurou-se como momento de reflexão, planejamento e sistematização de diretrizes que projetaram o conjunto inicial de práticas em Educação Rural estendidas pelos anos 50. Como objetivo geral, o Seminário estabeleceu para si o compromisso com a construção de uma “nova vida internacional”, com formação de uma “cultura americana”, com a estruturação política e econômica do continente, com a convivência civil e a participação democrática de todos no bem estar geral, além do compromisso central, que era o da incorporação das massas indígenas e rurais à vida nacional e o “cumprimento da missão histórica da América em construir uma pátria aberta a todos os perseguidos da terra (SOUZA, 1999).

Como podemos observar, em um contexto de abertura do país para a internacionalização da economia e formação de mão-de-obra para o desenvolvimento industrial a preocupação de formação da classe trabalhadora para a inserção no mercado de trabalho leva à preocupação com a educação dos adultos (AGUIAR. 2001 p.15). Essa preocupação leva também ao campo as escolas agrícolas e em 1952, se dá a criação da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), com o objetivo de atender parte da população que vivia no meio rural. Vale salientar que: “Em 1950 a população rural brasileira era de 33.161.506 hab. e correspondia a 63,84% da população total. Vinte anos depois os habitantes das zonas rurais eram 41.037.586, porém correspondiam a 44% da população total.” (Disponível em www2.fct.unesp.br, acesso em 15/03/2017)

² UNESCO significa *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização para a Educação, a Ciência e a [Cultura](#) das Nações Unidas), organismo integrado na [Organização das Nações Unidas \(ONU\)](#), criado, em 1946, a fim de promover a paz mundial, através da cultura, educação, comunicação, as ciências naturais e as [ciências sociais](#). O principal órgão decisório da UNESCO é sua Assembléia Geral, composta por representante de seus Estados membros. Cabe a esta assembléia eleger os membros do comitê executivo e nomear o diretor geral. O comitê executivo está composto de representantes de determinados Estados membros e se reúne duas vezes por ano, entre as reuniões da Assembléia Geral, para verificar a prática das políticas bianuais da UNESCO. Estas são levadas a cabo pela Secretaria liderada pelo Diretor Geral. (Disponível em <http://www.infoescola.com/geografia/unesco>. Acesso em 19/05/2015)

³ Atualmente, os membros da Organização dos Estados Americanos são: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela. (Disponível em <http://www.brasilescola.com/geografia/oea.htm>. Acesso em 19/05/2015)

1.2. O processo de alfabetização de jovens e adultos: impulso para o desenvolvimento econômico do País?

No contexto acima identificado e no momento que o sucede, ainda de forma mais intensa, a educação caminhava par e passo com a economia e tinha como propósito à formação de mão-de-obra especializada em curto prazo com destino ao mercado em expansão. Assim, o estudante tornava-se o principal alvo do governo para suprir às necessidades relativas às perspectivas da economia brasileira (GHIRALDELLI, 2000). Na perspectiva de alfabetizarem-se também as classes populares se organizaram, mesmo sem contar com recursos por parte do Estado, apresentando seu processo educativo um caráter popular na contramão do discurso dominante.

Os conflitos ideológicos que envolviam os espaços formais em que se idealizavam e operacionalizavam as políticas educacionais eram evidentes e, por estarem carregados de interesses particulares, limitavam as ações e não impactavam positivamente nos grupos que efetivamente dependiam destas políticas. A carência de ações, por um lado, confirmava a exclusão da população, mas, por outro lado, levaram a reação e o movimento popular abriu “espaço para o pensamento renovador em educação e absorveu alguns intelectuais com experiência de lutas políticas das classes subordinadas” (CUNHA; GOES, 1985, p. 16).

Entre os movimentos de alfabetização merece destaque a Campanha de Pé no Chão Também Se Aprende A Ler, na capital do Rio Grande do Norte; o Movimento de Educação de Base –MEB, o Centro Popular de Cultura-CPC e o Movimento de Cultura Popular –MCP em Recife.

A Campanha de Pé no Chão Também Se Aprende A Ler inicialmente foi desenvolvida nas escolas e com o passar do tempo, pelas dificuldades encontradas, passou a ocupar espaço na periferia em classes cobertas de palha de coqueiro sobre chão de barro batido. A ação fundamentava-se no: ensino mútuo, praças de cultura, centro de formação de professores, campanha de pé no chão também se aprende uma profissão, interiorização da ação, aplicação do Método Paulo Freire e finalmente a escola brasileira construída com dinheiro brasileiro (CUNHA; GOES, NATAL, 1985)

O Movimento de Educação de Base foi institucionalizado com a parceria governo federal e igreja católica e utilizava como principal veículo o rádio. O MEB obteve maior êxito quando as equipes locais assumiram papéis decisivos e quando os leigos atuavam, pois, revelavam neste momento uma relação com a realidade em que vivia a população ao qual se destinava. As origens estão nas experiências de educação pelo rádio realizada pelos bispos brasileiros, principalmente no Rio Grande do Norte e em Sergipe, nos anos de 1950.

Essa educação utilizando o rádio está ligada as Comunidades Eclesiais de Base que surgiram para criar e fomentar o espírito cristão de amor a Deus e ao próximo através da educação. Vale salientar que a ideia da utilização do rádio para programas de educação de base das populações rurais foi muito importante e data de 1948, "mas, somente em 1958 foi concedida ao S.A.R. a autorização para a obtenção de um canal. No dia 10 de agosto do mesmo ano foram organizadas as chamadas "Escolas Radiofônicas", dando-se início à primeira experiência de educação pelo rádio."

O MEB, dos movimentos gestados neste momento histórico, foi o único que sobreviveu ao golpe de Estado de 1964, porém perdeu as características de educação e cultura popular e, talvez por esta razão, tenha sobrevivido, pois, preparava a educação das massas para as "reformas de base" e para que elas próprias se defendessem de "ideologias estranhas" operava a Igreja no sentido de manter a hegemonia do poder dominante. Assim, "Igreja e povo teriam participação ativa (no poder político), uma unidade inquestionada, mas com tutela da primeira, também foro de legitimidade do governo" (ROMANO, 1979, p. 188).

O MCP- Movimento de Cultura Popular estruturou-se em Recife e tinha entre seus objetivos a participação do povo no processo de elaboração da cultura. Com a ajuda de particulares e poderes públicos promovia a educação de crianças e adultos, colaborando para a melhoria do nível material do povo através da educação especializada. Nesta perspectiva defendia a educação popular como um instrumento de transformação social.

O método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos representou uma grande possibilidade de transformação social para os analfabetos brasileiros. Trata-se de uma ação que partiu de uma pequena experiência na periferia de Recife. Foram neste momento inicial, 5 alfabetizandos. A partir deste começo em Recife, a equipe envolvida realizou as primeiras experiências mais amplas em Angicos e Mossoró, no Rio Grande

do Norte, e em João Pessoa, na Paraíba. E neste contexto, os lavradores do Nordeste foram os primeiros homens a viverem a experiência nova do “círculo de cultura”. Foram os primeiros a serem alfabetizados de dentro para fora, através de seu próprio trabalho.

Do ano de 1962, com o projeto inicial (Dona Olegarinha), até o início de 1964 a proposta de Paulo Freire saiu do âmbito do projeto piloto que atendeu 5 estudantes para ser adotada nacional e oficialmente como proposta do governo federal, porém, por ser popular, transformadora e potencializadora da cultura popular, foi boicotada e proibida e seus educadores exilados e cassados.

Assim, desde 1958, quando realizou-se o II Congresso Nacional de Educação de Adultos acontecido no Rio de Janeiro, aconteceram debates no intuito de se pensar um novo método pedagógico para ser aplicado na educação de adultos. Inicia-se, portanto, pedagogia de Freire, o qual chama a atenção, no Seminário Regional (preparatório ao congresso), em Recife, em relação ao desenvolvimento educativo que deve acontecer contextualizado às necessidades essenciais das pessoas educadas, “com” elas e não “para” elas. (MEDEIROS. 1999, p. 188). Dessa forma, não se poderia entender as pessoas analfabetas como ignorantes e imaturas, “o problema do analfabetismo não era o único nem o mais grave da população: as condições de miséria em que vivia o não alfabetizado é que deveriam ser problematizadas” (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 268).

Posteriormente, na década de 1960, especialmente a partir do Golpe de 1964, temos o contexto político da Ditadura Civil Militar, nesse período, os programas que tinham como objetivo a constituição de uma transformação social passaram a ser fortemente reprimidos, inclusive com apreensão de materiais, detenção e exílio de pessoas envolvidas e principalmente aos que ocupavam posto de direção. Volta-se aqui a educação para o controle social. Em 1967 o governo militar, criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), com o objetivo principal de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada. Com esse programa a alfabetização ficou restrita à apreensão da habilidade de ler e escrever, sem haver a compreensão contextualizada dos signos. (MEDEIROS. 1999; AGUIAR. 2001).

Ao longo dos anos 1970, o Mobral tentou diversificar e inovar na sua forma de atuar com o objetivo de sobreviver, no entanto, passou por muitas dificuldades, e teve que dar respostas às inúmeras críticas sofridas, devido, principalmente, em relação aos desacreditados e contestáveis números positivos que

apontavam como resultado. O Mobral possuía como um dos seus slogans a frase: “você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável” (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 270). Essa frase ilustra bem a ideia do Mobral, que as pessoas analfabetas eram responsáveis pela situação de subdesenvolvimento do Brasil e também responsáveis por sua própria situação de analfabeto, e que todos eram responsáveis também, em ajudar a tirar essas pessoas dessa situação, com isso, foram recrutados alfabetizadores com pouca exigência, pois a ideia aqui era que, para alfabetizar alguém, só seria necessário ser alfabetizado, portanto, sem conhecer e saber aplicar o método pedagógico. Além disso, a proposta era totalmente desconectada da realidade em que vivia o povo em condições de analfabetismo e situação de extrema miserabilidade social.

Com o advento da Nova Republica, o Mobral foi extinto em 1985, mergulhado em denuncias de desvios de recursos financeiros, que resultou em uma CPI (Comissão Parlamentar de Investigação). Além disso, o que se pode observar eram pessoas alfabetizadas pelo Mobral que passaram a desaprender a ler e escrever. (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 271-272). Com o fim do Mobral surgiu outros programas com objetivo de alfabetizar como a Fundação Educar, que tinha o papel de acompanhar e supervisionar os recursos para execução de programas do Ministério da Educação. No ano de 1990, no governo de Fernando Collor, a Fundação Educar veio a ser extinta, não tendo outro projeto de alfabetização no âmbito federal para substitui-lo, com isso a responsabilidade de educação de jovens e adultos passa a ser dos municípios.

Em 1988, a Constituição Federal estabelece como direito a todas as pessoas à educação e também o direito de jovens e adultos de ter uma educação adequada as suas necessidades de estudo de uma forma diferenciada, possibilitando o aprendizado, ressaltando que cabe ao poder publico oferecer essa educação de forma gratuita. Reafirmando essas mudanças, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394, promulgada em dezembro de 1996, estabelece de forma incisiva que o Plano Nacional de Educação seja elaborado em concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos. Dessa forma, com base na LDB, através da resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, foi estabelecida a Educação de jovens e adultos como modalidade de ensino. (ANTUNES, 2006, p. 33.).

1.3. Educação de Jovens e Adultos e os Documentos Oficiais Brasileiros

Nós podemos definir, conforme dados do Ministério da Educação e Cultura, a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, que trás oportunidades aos jovens e adultos para dar inicio ou dar continuidade aos seus estudos. Trata-se, normalmente, de oferecer a educação formal aos grupos sociais que de uma ou outra forma foram excluídos do processo educacional.

Atualmente, está presente na legislação da Educação Brasileira - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1996, o entendimento de que a Educação de Jovens e Adultos é para todos, portanto, direito inalienável de cidadania e dever do estado.

Neste prisma, se o direito à educação de jovens e adultos para todos já estava assegurado na Constituição de 1988, a tradução desse direito em diretrizes e normas, no âmbito da educação nacional, denota um marco histórico de grande importância para essa modalidade de educação no Brasil.

O fato de a Educação de Jovens e Adultos ter sido inserida como modalidade de ensino, gratuita e para todos, reconhece que a educação é indispensável para a vida, independente da idade do educando e é essencial para cumprimento de sua finalidade, afirmada no Artigo nº 208 da Constituição Federal/1988: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Foi destacada na LDB nº 9.394/96, o que pouco havia acontecido em leis anteriores, no que concerne à finalidade da educação de jovens e adultos e qual seu público atendido:

37º. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

A Educação de Jovens e Adultos é tratada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também como um dever do Estado e direito de todos e assegura garantias:

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Art. 5º responsabiliza os Estados e Municípios, em regime de colaboração, e com a cooperação da União, pela Educação de Jovens e Adultos. Também, reforça o direito de todos de exigir o seu efetivo funcionamento.

Art. 5º. O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigir-lo.

§ 1º. Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

I - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;

Em termos de acesso a Educação de Jovens e Adultos, a LDB nº 9.394/96 define que a idade mínima para ingressar nos cursos de educação de jovens e adultos e a participação nos exames supletivos é de 15 anos completos para o ensino fundamental e de 18 para o ensino médio.

Art. 38º. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º. Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º. Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Nessa direção outro documento importante para a modalidade de EJA foi o Decreto n. 4.834, de 8 de setembro de 2003, que criou o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que é uma ação do Ministério da Educação que gera uma mobilização em todo o país para atuar no campo da alfabetização de EJA.

Sobre isso o MEC diz:

O MEC realiza, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Desse total, 90% localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Podem aderir ao programa, por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal. (MEC, 2017)

Já na Resolução Cd/Fnde, Nº 32 de 1º de Julho de 2011, o Ministério Da Educação no Art.2º estabelece os objetivos do Programa Brasil Alfabetizado:

Art. 2º. São objetivos do Programa Brasil Alfabetizado:

I - contribuir para superar o analfabetismo no Brasil, universalizando a alfabetização de jovens, adultos e idosos e a progressiva continuidade dos estudos em níveis mais elevados, promovendo o acesso à educação como direito de todos, em qualquer momento da vida, por meio da responsabilidade solidária entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios;

II - colaborar com a universalização do ensino fundamental, apoiando as ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos realizadas pelos estados, Distrito Federal e municípios, seja por meio da transferência direta de recursos financeiros suplementares aos que aderirem ao Programa, seja pelo pagamento de bolsas a voluntários que nele atuam.

Como observamos o programa estabelece o repasse de recursos financeiros às instituições parceiras para pagamentos, tanto de bolsa a alfabetizadores e coordenadores de turmas e para a formação inicial desses alfabetizadores, quanto para a ajuda de custo de material escolar, transporte e alimentação dos alfabetizandos.

No Art. 3º do mesmo documento, reforça quem são os beneficiários do programa:

Art. 3º São beneficiários do Programa Brasil Alfabetizado:

- a) jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos não alfabetizados, doravante denominados alfabetizandos;
- b) voluntários alfabetizadores;
- c) voluntários tradutores-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras), que atuarão em turmas com pessoas com surdez ou com deficiência auditiva, usuárias de Libras;
- d) voluntários coordenadores de turmas.

Em relação ao quadro de alfabetizadores o MEC estabelece que deve ser composto, preferencialmente, por professores da rede pública. No entanto, qualquer cidadão, com nível médio completo, pode se tornar um alfabetizador do programa,

devendo cadastrar-se junto à prefeitura ou também na secretaria estadual de educação onde receberá formação adequada.

Sobre isso a Resolução Cd/Fnde, Nº 32 de 1º de Julho de 2011 no Art.12, §

1º diz:

Art. 12. A seleção dos alfabetizadores, coordenadores de turmas e tradutores-intérpretes pelos EEx deverá ser, preferencialmente, precedida de chamada pública.

§ 1º A seleção dos alfabetizadores deverá considerar os seguintes critérios:

I - o candidato deve, preferencialmente, ser professor das redes públicas de ensino;

II - deve ter, no mínimo, formação de nível médio completo; e

III - ter experiência anterior em educação, preferencialmente, em educação de jovens e adultos.

O programa coloca-se como uma ferramenta muito importante para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. No entanto, deve ser aliado a isso políticas públicas que favoreçam esses alunos de EJA que são, como falamos anteriormente, trabalhadores alunos, melhores condições de saúde para que possam frequentar as aulas, fixação de moradia, segurança para acesso às escolas, também transporte que facilite a chegada à escola, entre outras ações.

Em relação à formação de professores para atuar na Educação de Jovens e Adultos também existem prerrogativas legais como se observa na sequência.

1.4. As prerrogativas legais sobre a formação docente e o papel dos professores da EJA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 destaca a questão que trata dos profissionais da educação. Na lei estão estabelecidos sete artigos que preconizam diretrizes sobre a formação e também a valorização destes profissionais.

Decreta o Art. 62 que a:

[...] formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e instituições de ensino superiores de educação, admita para formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, LDB nº 9.394/96. Art. 62).

É extremamente necessário ressaltar que as exigências para a formação de docentes da Educação de Jovens e Adultos são as mesmas dos respectivos níveis de ensino.

Deveras, a Resolução n.º 1, de 5 de julho de 2000, do CNE, define que:

A formação inicial e continuada de profissionais para a educação de jovens e adultos terá como referência as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e para o ensino médio e as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, apoiada em:

- I. Ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica;
- II. Investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextuadas;
- III. Desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática;
- IV. Utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem. (art. 17)

Infelizmente, as exigências que as políticas públicas que norteiam a Educação de Jovens e Adultos ordenam que sejam realizadas parece não ter o mesmo significado para os responsáveis por sua execução. As Leis foram votadas e aprovadas, todavia o que observamos em muitas escolas públicas é que não se tem o mínimo de infraestrutura para receber esses alunos. Muitas instituições funcionam em prédios sucateados, também carecem de materiais de trabalho, falta merenda escolar em muitas escolas, enfim, sem condições favoráveis que possam conduzir a um processo de dignidade para essas pessoas, que na sua grande maioria, são trabalhadores que vão à escola cansados, exauridos, após uma árdua jornada diária de trabalho.

Sobre isso diz Piconez (2002, p. 48),

Não é sem razão que Paulo Freire fundamentou sua pedagogia no pressuposto de que o homem se relaciona com uma realidade na qual o homem e realidade, ambos inacabados, interagem em permanente relação... ele fugiu daquele conceito de educação que se limita apenas a simples informação, instrução e capacitação técnica: foi muito além das fronteiras, ultrapassou-as e constituiu, como princípio fundamental, a relação dialógica entre conhecimento e educando.

É importante que as escolas ofereçam condições para que essa situação de carência possa ser, se não sanada, pelo menos minimizada e o educador faça com que o aluno se perceba como ser social e entenda que faz parte de um grande grupo, onde suas opiniões influenciam os outros e as opiniões dos outros devem ser respeitadas. Perceber-se num coletivo é algo basilar para que alguém se constitua como cidadãos conscientes de seus direitos e também de seus deveres, já que o foco do trabalho

educativo é exatamente ensinar a lidar com as contradições existentes no coletivo.

Saber observar o aluno de EJA, seu cotidiano na escola, ouvir suas opiniões, além de ser papel do professor, fará com que o educador conheça mais o seu aluno e, a partir disso, não utilize apenas um livro didático, mas planeje melhor ou descubra melhores estratégias para que esses vínculos afetivos se tornem mais produtivos para o desenvolvimento do educando.

O planejamento do(a) professor(a) e o uso de livro didático Muitas vezes os professores trocam o que seria o seu planejamento pela escolha de um livro didático. Infelizmente, quando isso acontece, na maioria das vezes, esses professores acabam se tornando simples administradoras do livro escolhido. Deixam de planejar seu trabalho a partir da realidade de seus alunos para seguir o que o autor do livro considerou como o mais indicado. Os professores que são administradores de livros abandonam o seu lugar de sujeito da prática docente e passam a se preocupar apenas com as páginas que já foram vencidas e com as que ainda restam para percorrer, até o final do ano. Na EJA, tendo em vista a grande diversidade dos alunos, é praticamente impossível existir um livro didático que dê conta das variações de idades, experiências, interesses e conhecimentos presentes numa mesma sala de aula. Isso deve levar o(a) professor(a) a considerar o livro didático como um entre outros possíveis materiais a serviço do ensino e da produção de novos conhecimentos pelos alunos. (BRASIL, MEC, 2006. P.40)

Um exemplo constante na prática em escolas, principalmente públicas, segundo os educadores participantes dessa pesquisa, diz respeito à violência que os alunos de EJA presenciam em suas residências, no bairro em que moram, nos noticiários da televisão, nos comentários dos moradores. Os educandos, em consequência disso tendem a agir com certa violência em seus comentários e atividades. Infelizmente, como podemos punir um aluno se ele presencia esses fatos no cotidiano, se é isso que ele vê todos os dias quando assiste a programas policiais, a noticiários dos telejornais. Nesse prisma, torna-se necessário que o professor analise sua prática, tente compreender mais esse universo e procure lidar com isso de forma o mais prudente possível.

O que às vezes acaba atrapalhando o desenvolvimento de alguns alunos de EJA, conforme constatamos com a pesquisa é que alguns professores interagem melhor e são mais atenciosos com os educandos considerados “os melhores alunos”, mais calmos, mais inteligentes, e deixam de lado os educandos que se distanciam mais do seu modelo ideal de aluno, o que prejudica não somente na sua aprendizagem, mas que pode prejudicar toda sua vida escolar e social. Então, ao tachar o aluno, o professor acaba dificultando essas interações, que são tão importantes para o aprendizado.

1.5. O Papel do Professor na Educação de Jovens e Adultos

Educar é algo muito gracioso e exige muita preparação, dedicação, conhecimento e planejamento. A situação se torna ainda mais desafiadora quando nos referimos a educar jovens e adultos que, por vários motivos, não tiveram acesso à educação na idade regular e enfrentaram e na maioria das vezes, ainda enfrentam problemas como desemprego, salários baixos, conflitos familiares e péssimas condições de vida.

No entanto, trabalhar com adultos, como, pode-se constatar a partir dos dados da pesquisa, é fascinante. Quando se trabalha com Educação de Jovens e Adultos vislumbra-se a possibilidade de melhorar a forma em que eles atuam no mundo, pois os adultos já trazem consigo um conhecimento muito vasto, e o professor pode fazer a diferença sabendo valorizar isso. Portanto, o educador deve ter a consciência de que o adulto que têm uma educação de qualidade, somada a seus conhecimentos prévios são ou serão pessoas mais críticas e conhecedores do mundo que o cerca, e de seus direitos e deveres, e isso é o primeiro passo para termos uma sociedade mais justa e melhor de se viver.

Neste contexto, conforme as professoras sujeitos de pesquisa, é maravilhoso perceber as diferentes maneiras que os adultos utilizam para aprender. Observar como eles passam a se relacionar, ver como eles aprimoram seu conhecimento, presenciar como eles interagem com os outros e com o meio. Ter o privilégio de estar junto a eles e ajudá-los nesse processo de evolução, puro de aprimoramento e lapidação do conhecimento é demasiadamente gratificante.

Paulo Freire (1996) defende que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, por isso:

[...] mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária –. (FREIRE, 1996, p.15).

Freire também alerta para a importância, tanto das instituições, quanto dos professores, de se aproveitar melhor esses conhecimentos prévios dos alunos e discutir temas de interesse social, mas:

[...] também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? Esta pergunta é considerada em si demagógica e reveladora da má vontade de quem a faz. É pergunta de subversivo, dizem certos defensores da democracia.. (FREIRE, 1996, p.15)

É possível que se realize uma ação pedagógica que seja mais envolvente, em que o professor também seja o protagonista do processo e seja capaz de contribuir efetivamente para melhorar o aprendizado do educando e não seja apenas um executor e reproduutor de conhecimentos engessados. “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 47).

O professor desempenha diversos papéis na escola, em destaque na Educação de Jovens e Adultos, por isso, precisa propor situações que facilitem a aprendizagem, incentivar as interações entre os educandos, mediar os conflitos, entender ou buscar compreender a situação familiar dos seus alunos, de modo a conhecer o meio familiar em que estão inseridos, sua estrutura, as condições socioeconômicas, saber ouvir os dramas vividos por eles. Isso só será possível se houver um dialogo com os alunos no cotidiano.

[...] o professor deve ter sempre em mente de que o seu papel é o de agente de transformação social e como tal pode, pela educação, combater, no plano das atitudes, a discriminação manifestada em gestos, comportamentos e palavras, que afasta e estigmatiza grupos sociais. Cabe ao professor construir relações de confiança para que o aluno possa perceber-se e viver, antes de mais nada, como ser social. (JATOBÁ, 1999, p. 95-96).

Em síntese, é extremamente necessário que o professor conheça seu aluno para que tenha condições de planejar de acordo com as necessidades e peculiaridades de cada um e isso deve ser feito já nos primeiros dias de aula.

Sobre isso o MEC orienta:

Os primeiros dias de aula são de grande importância para “quebrar” as possíveis resistências e começar a construção de uma relação de confiança. São, também, momentos propícios para, por exemplo, conhecer o grupo quanto às experiências escolares já vividas; as profissões que, atualmente, desempenham ou a forma como ganham a vida; as cidades de origem; os grupos familiares, as expectativas em relação ao futuro etc. Nessas conversas, vão sendo percebidos os “jeitos” de cada um - quem é muito falante, quem é mais tímido, quem está sempre risonho, quem desponta logo como uma liderança enfim, as características de cada um dos alunos. (BRASIL, MEC, 2006. p.9).

Não que isso seja obrigatoriamente o papel do professor. Todavia, na prática é isso que é percebido e é dessa forma que normalmente acontece, ou seja, o papel do professor perpassa a visão de teóricos que defendem o professor apenas como um transmissor de conhecimentos didáticos e não como na verdade um facilitador da construção do conhecimento e da contribuição positiva na vida social do educando.

Em sua obra *Pedagogia da Autonomia — Saberes necessários à prática educativa*, Paulo Freire propõe contribuições significativas para nortear à reflexão no tocante ao papel do educador de EJA:

“Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos (...), discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (...). Ensinar exige disponibilidade para o diálogo (...) nas relações com os outros que não fizeram necessariamente as mesmas opções que fiz, no nível da política, da ética, da estética, da pedagogia (...), no respeito às diferenças entre mim e eles ou elas (...), que me encontro com eles ou com elas (...). Ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural (...), assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos (...). Ensinar exige a apreensão da realidade (...), transformar a realidade para nela intervir, recriando-a (...). Ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade (...). O fundamental no aprendizado do conteúdo é a construção da responsabilidade da liberdade que se assume (...).” (FREIRE, 1996).

Além desses saberes e exigências, o educador deve, de acordo com os entrevistados nessa pesquisa, ter ciência que nem todos os dias o educando está disposto a copiar atividades do quadro, ler textos enfadonhos, escutar a fala do educador a todo o momento, resolver fatigantes exercícios e operações matemáticas, Tem momentos que ele quer conversar, descontrair, quer atenção, quer um gesto de afeto, um aperto de mão, quer um sorriso, um abraço, um cumprimento de boa noite. O aluno de EJA, “*precisa de um professor que também lhe dê esse suporte emocional, que muitas vezes a sociedade e a sua própria família os nega*”.

Sobre isso diz Piconez (2002, p. 48),

Não é sem razão que Paulo Freire fundamentou sua pedagogia no pressuposto de que o homem se relaciona com uma realidade na qual o homem e realidade, ambos inacabados, interagem em permanente relação... ele fugiu daquele conceito de educação que se limita apenas a simples informação, instrução e capacitação técnica: foi muito além das fronteiras, ultrapassou-as e constituiu, como princípio fundamental, a relação dialógica entre conhecimento e educando.

Então, o professor precisa abrir mão daquele ambiente de silêncio - com os alunos sentados, quietos e sem movimento - e propor situações de aprendizagem, em que os alunos possam falar e emitir suas opiniões, ambientes estes em que os alunos se mostrem alegres, ocupados, dispostos à interação, e que estejam voltados à reflexão sobre seus contextos sociais. Estas condições foram observadas em alguns dos espaços da escola que utilizamos como objeto de estudo, bem como nas práticas de professoras sujeitos de pesquisa, conforme veremos na sequencia deste trabalho.

CAPÍTULO II

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O ESTUDO DE CASO SOBRE A ESCOLA EM DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta a escola investigada, o perfil da instituição, as características que envolvem a estrutura física e pedagógica e o processo de alfabetização de jovens e adultos como um dos sustentáculos da escola.

A escola pública observada, EMEF Valdenia Acelino da Silva, é uma instituição Municipal de Maracanaú, Ceará, localizada no bairro Siqueira, As informações aqui apresentadas foram obtidas através de observações e entrevistas com a diretora e a coordenadora pedagógica da escola.

A opção metodológica constituiu-se em uma pesquisa qualitativa, valendo-se de um estudo de caso, pois, esta modalidade “[...] não se limita a descrever fatos, acontecimentos ou histórias, mas tenta analisar a interação que existe entre eles, bem como a sua importância no contexto de estudo [...]” (BOGDAN; BIKLEN, 1999, p. 91). Para Triviños (1992), este tipo de pesquisa permite extrair dados que possibilitem uma visão contextualizada da realidade na qual são consideradas as contradições, relações e dimensões do tema em estudo. Utiliza-se como fonte de análise o Projeto Político Pedagógico (PPP) e entrevistas com professores, coordenadora pedagógica e diretora da escola em pauta. Para a análise dos dados busca amparo teórico metodológico em teóricos que tratam desta temática.

Buscamos, assim, compreender as interfaces que se fazem presentes, entre as políticas educacionais que tratam sobre a Educação de Jovens e Adultos, no decorrer da história brasileira e, sua efetivação no cotidiano das práticas das escolas, considerando que a escola é um lugar privilegiado do diálogo e do desenvolvimento crítico das consciências (PARO, 2007), ainda que se limite, em parte, por conta das dificuldades encontradas, o desenvolvimento completo dos sujeitos que frequentam e dependem das

turmas de EJA como aprendizado da cidadania plena.

2.1. O Perfil da Instituição

A EMEF Valdenia Acelino da Silva faz parte da rede municipal de ensino de Maracanaú que em seu site oficial faz a seguinte afirmação em relação à EJA:

O município de Maracanaú tem fortalecido a política para recuperar a oportunidade de alguns cidadãos que não tiveram a educação no tempo certo. Por isso, trabalha com uma formação continuada especificamente voltada para esse público. A educação de jovens e adultos é compreendida em: presencial, semipresencial e alfabetização de jovens e adultos. (MARACANAÚ, 2016).

Neste sentido, o que se observa é que o município apresenta a EJA como uma oportunidade para alguns cidadãos que não tiveram a educação no tempo certo, o que vai ao encontro do que estabelece a própria legislação.

Em relação à escola, trata-se de uma escola de Ensino Fundamental com funcionamento nos três turnos, com turmas de EJA somente no período noturno. Está localizada na cidade de Maracanaú no bairro Siqueira, região periférica, no limite com Fortaleza. Nessa região existem algumas escolas de Ensino Fundamental e Médio. No entanto, são poucos os registros de outras escolas que possuem turmas de Educação de Jovens e Adultos.

Um fato que chama atenção e retrata a violência que estava e ainda está inserida nessa comunidade é em relação ao nome da instituição, foi dada em homenagem a uma jovem que foi barbaramente assassinada nas proximidades da escola, a população condolente com o fato acontecido pediu ao então prefeito da cidade que essa escola tivesse o nome da jovem assassinada.

A escola funciona há 24 anos e é muito procurada pelos integrantes da comunidade, tanto para o ensino regular como também para a modalidade EJA, em razão de suas ótimas referências e da boa qualidade dos professores. No inicio a procura era bem menor, atualmente, no período de matrículas, em pouco tempo as turmas são formadas.

A instituição comporta em torno de 650 alunos, divididos em 21 turmas, ocupando sete salas nos três turnos do ensino fundamental e EJA. Atende no período da manhã com seis turmas do 5º ao 7º ano, no período da tarde são sete turmas do 5º ao 9º ano.

Funciona no período noturno com cinco turmas na seguinte distribuição: EJA I com 19 alunos, EJA II com 11 alunos, EJA III com 33 alunos, EJA IV com 37 alunos e EJA V com 33 alunos.

Tem merenda escolar para os três turnos, embora de certa forma limitada, a merenda escolar é distribuída na cantina, onde os alunos em fila recebem o seu prato e comem no pátio ou se preferir nas salas, pois a escola não possui refeitório.

O fato da escola observada não possuir refeitório preocupa bastante, pois esse ambiente é muito importante para os alunos, porque nesse ambiente os educandos deveriam se alimentar com conforto, sentados a mesa com cadeiras e não servidos em pratos e copos de plástico, disputando lugares nos poucos bancos existentes na escola, comendo em pé ou sentados no chão, o refeitório é um ambiente que propicia aos alunos socialização e transforma a hora das refeições em um momento agradável. No entanto, a falta de refeitório não parece ser um problema apenas da escola observada, pois:

De cada quatro escolas públicas no Brasil, apenas uma tem refeitório. Nas outras três os alunos comem de pé, em salas de aula, em bancos de espera ou sentados no chão. Na rede particular, a situação é bem parecida: apenas 32% delas têm o ambiente específico para refeições. Dados do Censo Escolar revelam que houve queda no total de estabelecimentos com local adequado para as refeições entre 2012 e 2013. Enquanto o total de escolas caiu de 192 mil para 190 mil, as que têm refeitório foram de 55.934 mil (29%) para apenas 48.643 (26%), das quais 12.233 são particulares e 36.410, públicas. Como a maioria das unidades fechadas recebia poucos alunos, o número total de atendidos por unidades com refeitório manteve-se o mesmo: dos 50 milhões de alunos da Educação Básica no Brasil, apenas 17 milhões têm mesas e cadeiras dispostas em um ambiente adequado para comer. (CARTA EDUCAÇÃO. 2016 s/p)

A escola possui os seguintes departamentos: uma sala de leitura, uma diretoria, uma secretaria, uma sala de professores, uma cantina, um depósito de merenda escolar, um pátio escolar, um banheiro pra funcionários, dois banheiros para os alunos sendo um masculino e outro feminino, dois banheiros adaptados para pessoas com deficiência física, uma sala multifuncional e um laboratório.

Esta estrutura, no entanto, nem sempre foi assim, no inicio a escola Valdenia Acelino da Silva, não contava com boas instalações, teve que passar por duas

grandes reformas, a primeira em 1998 e a segunda em 2003, onde foi possível forrar o teto, as paredes ficaram revestidas, foi colocado um novo piso, adicionado rampas e banheiros adaptados para pessoas com deficiência, tornando-se assim uma escola mais acessível, segura e confortável para seus alunos e servidores.

A equipe técnica pedagógica é composta por 63 pessoas sendo uma diretora, formada em pedagogia, especialista em gestão escolar, duas vice-diretoras também formadas em pedagogia e especialistas em gestão escolar, uma secretária, dois supervisores, oito estagiários, dois apoios pedagógicos, 42 professores, em sua grande maioria com especialização, três auxiliares de serviços, três merendeiras, dois porteiros e dois vigias.

No que se refere à proposta pedagógica específica da instituição, esta expressa a identidade da instituição e foi elaborada a partir de reflexões sobre as relações entre a escola e a comunidade e as dificuldades que ambas apresentam, com o intuito de melhorar o ensino e a comunidade, destacando como prioridade a formação de indivíduos que atuem transformando a sociedade em que vivem, adequando-se às constantes modificações do meio em que está inserido, objetivando uma sociedade igualitária e mais justa.

A coordenadora da escola ressalta ainda que para que seja mudada a realidade no ambiente da escola é necessária à participação de todos, se faz de suma importância que tanto os educadores quanto educandos, como também os outros servidores tenham o compromisso com a comunidade a que pertencem usando uma educação voltada para os aspectos humanos, culturais e sociais.

O projeto político pedagógico da instituição em questão visa melhorar a realidade existente na escola, de forma coletiva, tendo como alvo principal o aluno e também sua família, tornando-se um instrumento de planejamento que tenha como objetivo a introdução do homem no mundo da cultura em um processo contínuo de humanização.

Em se tratando de planejamento e às avaliações dos alunos, de acordo com o projeto político pedagógico e as palavras da coordenadora da escola, cada professor possui 7 horas por semana, ou seja, um dia mais 3 horas por semana para fazer, na própria escola, seu planejamento. A avaliação da aprendizagem dos alunos é algo

contínuo e sistemático, tomando por base os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotor e social. Na escola são realizadas práticas de avaliação diagnósticas, investigativas, participativas, enfatizando a importância do aluno enquanto ser, principalmente na EJA com sua bagagem cultural e subjetividade. Assim são feitas avaliações somativas, de forma objetiva através de testes e de relatórios. Também são desenvolvidas avaliações formativas, feitas através de observações diárias, a fim de acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos.

Os alunos que estão matriculados na escola Valdenia Acelino da Silva, em sua grande maioria, são de famílias com baixo poder aquisitivo e alguns desses alunos que frequentam a instituição têm na merenda escolar uma forma de alimentação mais nutritiva.

Essa questão da alimentação é algo que preocupa bastante os profissionais da escola, pois no período de férias esses alunos jovens e adultos mais necessitados, que frequentam a escola muitas vezes também pela alimentação que é distribuída, ficam desassistidos, pois pouco ou quase não existem na comunidade, projetos que distribuam alimentação gratuita para pessoas de baixa renda.

Um fator preocupante para o bom desenvolvimento desses alunos é que muitos deles estão mergulhados em um cenário de violência cotidiana, pois no bairro em que residem é muito comum a ocorrência de delitos, a exemplo de tráfico de drogas. Nesse sentido, é fácil observar pessoas suspeitas de vender entorpecentes nas proximidades da escola. Além disso, roubos, furtos, violência doméstica e até casos de alunas que foram ou são abusadas sexualmente, como foi o caso que citamos anteriormente da jovem que deu o nome a instituição.

2.2. Perfil da Sala Observada

Foram três salas observadas, uma de EJA I e II que compreende do 1º ao 3º ano do ensino fundamental, estudam nessa sala 19 alunos sendo 11 homens e 8 mulheres com idades que variam entre 21 e 64 anos. Entre os homens, dessa sala, há um que já cursou todo o ensino médio, no entanto sofreu um acidente vascular cerebral (AVC), vindo a ficar com graves sequelas, está na sala como ouvinte no intuito de reaprender a pronúncia e escrita das palavras.

A segunda sala observada foi uma de EJA IV compreendendo o 6º e 7º ano do ensino fundamental, estudando nessa sala 37 alunos sendo 19 homens 18 mulheres com idades entre 23 e 67 anos. Nessa sala estuda um jovem que é portador de deficiência mental, exigindo dos professores uma atenção especial, embora seja muito calmo e tranquilo. Ele já estuda na escola há três anos quanto participou do EJA I e II, segundo os professores ele é muito esforçado e com algumas dificuldades já consegue ler e escrever muito bem.

Por último a sala de EJA V, nessa sala estudam 33 alunos sendo 16 homens e 17 mulheres, com idades entre 19 e 54 anos. Também nessa sala estuda um senhor que segundo os professores possui deficiência mental e também exige maior atenção dos professores.

Todas as salas observadas possuem o mesmo formato e tamanho, duas delas, decoradas com o alfabeto e todas possuíam desenhos e cartazes afixados nas paredes, fruto de trabalhos realizados pelos alunos, na grande maioria, são trabalhos feitos pelos estudantes da EJA, entretanto, pela manhã e tarde outras turmas do ensino fundamental também as utilizam.

Em relação à ventilação, as salas não possuem ar condicionado, no entanto pode ser considerada satisfatória, pois contam com três ventiladores de teto para os alunos e um ventilador fixado a cima do quadro branco para o professor, todos funcionando bem, embora cause muito barulho, prejudicando um pouco a aula, possuem dois janelões que ficam abertos no decorrer das aulas, ajudando na ventilação.

Tratando de iluminação, se verificou boa qualidade, pois possuem 6 luzes bem distribuídas por toda a sala, embora na sala de EJA I e II uma delas estava com defeito, nas outras duas salas as luzes estavam funcionando perfeitamente. Como a observação foi feita durante a noite, não foi possível verificar a iluminação natural, no entanto perguntamos à diretora a respeito e segundo ela os janelões abertos proporcionam, durante o dia, uma ótima iluminação.

A higiene das salas também se mostra muito bem feita, pois estavam todas as três muito limpas, tanto o piso quanto as paredes, estas bem pintadas de uma cor clara e leve. As carteiras possuem uma mesa acoplada e nas três salas estavam

posicionadas em fila com a mesa do professor à frente da turma, todo o mobiliário aparentemente conservado e em perfeito estado de uso.

Apesar das observações serem realizadas no período noturno, colhemos informações sobre a rotina da escola nos outros dois turnos. Segundo a coordenadora pedagógica no período da manhã, os alunos chegam a escola às 7 horas, onde vão para as salas, e fazem as respectivas atividades, às 9h 30 min, saem das salas e vão para o intervalo onde é servido a merenda escolar, às 10 horas, voltam para as salas para realizarem outras atividades e às 11 h, são liberadas para casa.

Os alunos matriculados no período da tarde, ainda segundo a coordenadora pedagógica, entram na escola às 13 h, vão para as salas, participam das aulas até às 15h30 min, onde são liberadas para o intervalo e merenda escolar, voltam para as salas às 16 h, e às 17 h, vão para casa.

No período da noite, turno em que foi realizada a pesquisa, os alunos chegam à escola às 18h20 min, se dirigem as salas onde são realizadas as aulas até às 19h 40 min, nesse horário são liberadas para o intervalo e merenda escolar, vale salientar que se nota o quanto eles gostam da alimentação servida, e das merendeiras que os tratam com muito carinho, respeito e admiração, aproveitam esse momento, enquanto comem, para se socializarem e trocarem conversas durante todo o intervalo sentados em bancos espalhados por todo o pátio da escola, às 20 h, voltam para a sala de aula onde são realizadas novas atividades até às 21 h, onde são liberadas para casa.

CAPÍTULO III

APROXIMAÇÕES INICIAIS COM O OBJETO E OBJETIVOS DA PESQUISA: O QUE PENSAM E COMO AGEM OS PROFESSORES DA EJA

Nossos passos iniciais em direção ao desenvolvimento de nosso objeto de estudo ocorreu através de observações na sala de alunos do ensino fundamental de EJA, registradas em um diário de campo do qual transcrevemos os seguintes textos, preservando a identidade dos sujeitos que doravante chamaremos:

a) A observação das práticas do Professor E1

A observação foi em uma sala de EJA I e II que corresponde ao 1º ao 3º ano do ensino fundamental. Este professor, ensina matemática nessa turma as segundas, quintas e sextas. Também, ensina no EJA III as quartas e no segundo tempo das quintas feiras.

No dia observado, uma segunda feira, o professor trabalhou com o assunto as quatro operações (Soma, Multiplicação, Divisão, Adição), segundo o referido professor, esse conteúdo foi trabalhado durante todo o ano, pois como os seus alunos são do EJA I e II, o domínio desse tema é muito importante para eles.

Inicialmente o professor escreveu no quadro um problema envolvendo Adição e Subtração e pediu para que todos escrevessem no caderno e respondessem: “João ganhou 684 Reais de seu irmão, 887 Reais de seu tio. Pagou um boleto no valor de 587 Reais. Quantos Reais Sobraram?”. Notamos nesse problema o fato de existir a questão de se trabalhar com o dinheiro, que faz parte do cotidiano dos alunos.

Muitos alunos tiveram dificuldade nessa atividade, principalmente em relação a que operação matemática o problema envolvia, então o professor, sensivelmente, notando a dificuldade dos alunos, de imediato, procurou explicar com outro exemplo mais simples. Voltando ao problema apresentado inicialmente, pediu novamente para que todos lessem atentamente, tentassem entender e respondessem.

O professor perguntou quem teria conseguido responder, apenas um aluno respondeu afirmativamente, de imediato parabenizou diante de toda turma o fato do mesmo ter conseguido, e em um ato de companheirismo da turma todos o aplaudiram, foi bem interessante esse fato pois demonstrou o quanto o professor estimula o bom convívio e o respeito entre eles. Em seguida, o professor leu juntamente com os outros alunos novamente o problema e respondeu com eles no quadro somente a primeira parte deixando para que eles o concluíssem, alguns alunos falaram que agora poderiam sim responder o restante do problema, e foi o que se verificou em alguns minutos depois, quando quase todos falaram para o professor que já tinham terminado.

Esta situação evidenciada demonstra que neste ambiente existe um reforço positivo para que os alunos avancem e tentem superar suas limitações. Outro fato interessante ocorrido nessa aula foi que um dos alunos veio até o professor com o caderno perguntando se estaria correta a resolução do problema, pois ele havia encontrado o mesmo resultado, mas a forma de resolvê-lo estava diferente da que o professor escrevera no quadro. De imediato, o chamou a atenção de toda a turma e relatou o fato do referido aluno ter respondido o problema de uma forma diferente de todos e do próprio professor, este pediu para o aluno explicar como ele havia encontrado aquele resultado, o aluno foi ao quadro e assim o fez, gerando, com isso, uma enorme admiração de todos.

Foi observado que o professor valorizou bastante tal fato, e explanou com os outros alunos que isso era maravilhoso, pois o colega teria conseguido responder de uma forma diferente. O professor então aproveitou para falar, usando o ocorrido, para explicar que assim como na matemática, na vida social e profissional deles, também se pode encontrar várias soluções para o mesmo problema.

Segundo Freire (1987), as pessoas analfabetas não deveriam ser vistas como imaturas e ignorantes, o educador chamava a atenção de que o desenvolvimento educativo deveria acontecer conforme as necessidades desses alunos.

É nesse sentido a afirmação de Scortegagna e Oliveira (2006):

Freire, trazendo este novo espírito da época acabou por se tornar um marco teórico na Educação de Adultos, desenvolvendo uma metodologia própria de trabalho, que unia pela primeira vez a especificidade dessa Educação em relação a quem educar, para que e como educar, a partir do princípio de que a educação era um ato político, podendo servir tanto para a submissão como para a libertação do povo. (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2006, p.5)

Logo em seguida o professor passou outro problema para que eles resolvessem, só que agora envolvendo multiplicação e subtração, deixando a divisão para outro dia, pois segundo o professor essa operação é a que eles apresentam mais dificuldades, sendo necessária toda uma aula para que trabalhasse com eles o assunto. Passou o seguinte problema: “Comprei cinco pares de sapatos a 187 Reais cada par. Paguei com um cheque de 2.868 Reais. Quantos Reais sobraram?.

Foi possível observar nessa atividade o fato do professor utilizar palavras do dia a dia dos alunos, como sapatos, e também palavras que, a grande maioria conhece ou viu falar, como, por exemplo, a palavra cheque. Inclusive um dos alunos afirmou que não sabia que cheque era escrito daquela forma. Essa atividade não foi concluída em sala nesse dia devido ao final da aula. O professor pediu para que todos respondessem e trouxessem na próxima aula. O professor, ainda, conversou com os alunos a respeito de problemas que envolvem o dia a dia de cada um e, que assim como na matemática exigem respostas.

Foi observado que o professor supracitado, apesar de sua aula ser de matemática, explora bastante em seus exercícios a interpretação de texto, estimulando os alunos a ler e pensar sobre o que está sendo pedido nas atividades, objetivando com isso, contextualizar os conhecimentos de matemática com os de português e também com os de outras disciplinas.

A prática desse professor observado demonstra compromisso e dedicação, assim como Freire afirma em seus escritos, porque em virtude de todas as dificuldades e de lecionar nos três turnos com 300 horas aulas mensais, parece estar feliz e mostra-se engajado no seu trabalho. Além de muito criativo, propõe atividades motivadoras, engraçadas, divertidas e condizentes com a realidade dos seus alunos e que contribuem significativamente para o desenvolvimento desses educandos.

b) As aulas desenvolvidas pela professora E2

A observação da professora aqui chamada de E2 foi em uma sala de EJA I e II que corresponde do 1º ao 3º ano do ensino fundamental. Essa professora, ensina português nessa turma.

Inicialmente a professora E2, copiou uma atividade no quadro, pois segundo ela, a escola estava, no momento, sem máquina de xerox, e pediu para que os alunos copiassem nos seus cadernos, a atividade pedia para que eles formassem palavras acrescentando a letra que estava indicada. A atividade continha um quadro onde eles teriam que completá-lo com a letra que estava acima. Essa atividade visou trabalhar a semelhança da palavras em relação a semântica.

Após copiar no quadro a atividade, a professora deu um tempo para que os alunos respondessem o exercício. Logo em seguida ela falou a todos para tentar responder, por se tratar de alunos no nível inicial do ensino fundamental, alguns possuíram dificuldades no primeiro e principalmente no segundo exercício, onde eles teriam que copiar uma palavra por completo.

Passado alguns minutos a professora E2 perguntou se alguém já teria concluído pelo menos a primeira questão, tendo como resposta positiva de alguns alunos, no entanto alguns não haviam terminado, daí a professora respondeu juntamente com toda a turma a primeira questão no quadro. Foi possível observar os diferentes níveis dos alunos, alguns respondiam com facilidade, outros com bastante dificuldade.

Vale citar o exemplo de um aluno que a professora, respondendo no quadro, chamou seu nome e perguntou se ele tinha respondido a questão, o mesmo sentiu pouca dificuldade em responder, e ela veio a comentar comigo que este aluno teria cursado todo o ensino médio e estava lá, pois teria sofrido um acidente vascular cerebral (AVC) e por esse motivo havia esquecido quase todo o conhecimento da pronúncia e escrita de algumas palavras, estava apenas como ouvinte com o objetivo de melhorar tanto a escrita quanto a fala.

Outro aluno também foi convidado a participar da resolução da primeira questão no quadro, a professora E2 perguntou a ele qual era a letra que faltava para

completar a palavra, “MATO” esse estava em um nível bem mais baixo e não soube falar o nome da letra que no caso aqui descrito seria o “M”, soube responder, no entanto, a letra “R”, pois esta se trata da primeira letra de seu nome.

Além de responder no quadro o primeiro exercício, após ter perguntado quem havia conseguido responder, obtendo novamente a resposta positivas de poucos, a professora E2 respondeu juntamente com os alunos também a segunda questão, incentivando a participação de todos.

Foi observado, na professora E2, a grande preocupação com o aprendizado de todos os seus alunos, procurando incentivar a participação de todos, na realização da atividade, demonstrando o seu comprometimento em relação ao desenvolvimento intelectual e social de seus alunos.

A prática dessa professora parece revelar que ela gosta de estar em sala, trabalhar com alunos de EJA. Fica evidente o respeito e a vontade que ela tem em observar e contribuir para o desenvolvimento dos seus alunos. Observa-se, que a professora não trabalha com palavras geradoras como Freire orientou em seus estudos, entretanto, em sua prática trata seus alunos com respeito, e com a prática da liberdade, pois, conforme Freire a educação como prática da liberdade diferencia-se da simples transmissão de informações e vem no sentido de produzir um senso crítico que leve o sujeito a entender, reivindicar e se transformar. (FREIRE, 1996, “*Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa*” p. 28)

c) As práticas da professora E3

O professor observado nesse dia, aqui chamado de E3, ministra aulas de Arte e Ensino Religioso, além de História e Geografia. A turma observada foi de EJA V, que corresponde ao 8º e 9º ano do ensino fundamental.

O professor E3 começou a aula falando do que é tradicional e contemporâneo. Perguntou ao alunos o que significa essas duas palavras e foi escrevendo no quadro o que os alunos falavam, interessante é que alguns respondiam com bastante entusiasmo, tentando acertar e demonstrando o quanto gostam de participar das aulas desse professor, pois ele valorizava muito cada comentários dos seus alunos, embora não fosse o que ele queria ouvir sobre a pergunta, mas falava que “estava quase

correto e estávamos quase chegando lá”, os alunos participavam muito. Observou-se dificuldade dos alunos em saber os significados dessas palavras, talvez pelo fato de alguns afirmarem ter pouco contato com arte.

Sobre isso Canda diz:

Os espaços destinados à produção e fruição artística vêm sendo negados historicamente às classes populares. Por outro lado, consideramos que a formação para a vivência cultural plena incentiva o gosto e a valorização da obra de arte, como conjunto de conhecimentos simbólicos e culturais. (CANDA, 2012, p. 16).

A grande maioria não sabia o que eram essas duas palavras, no entanto, com o comentário de alguns foi amadurecendo o conceito, e gerando mais curiosidade nos alunos até o momento em que um dos alunos falou que o tradicional é uma coisa antiga e o contemporâneo uma coisa nova. O professor em questão não transmitiu a informação pronta e sim gerou uma curiosidade e um desejo de conhecimento nos alunos, agindo de acordo com o que recomenda Alves (2003, p. 58) quando afirma que:

Não é coisa que eu tenha inventado. Me foi ensinado. Não precisei pensar. Gostei. Foi para a memória. Esta é a regra fundamental deste computador que vive no corpo humano: só vai para a memória aquilo que é objeto de desejo. A tarefa primordial do professor: seduzir o aluno para que ele deseje e, desejando, aprenda.

A partir daí o professor E3 foi melhorando o conceito e escreveu no quadro o significado dessas duas palavras. Após tratar com os alunos do que era tradicional e contemporâneo o professor falou das mudanças da arte no mundo, falou desse assunto explicando e fazendo os alunos refletirem sobre o tema em questão, em seguida distribuiu um texto e aplicou uma atividade contendo três questões que segundo o professor servia de ponto de participação, essa atividade foi distribuída já impressa juntamente com o texto e trazia perguntas como: o que diferencia um museu tradicional de um contemporâneo, o que o instituto Inhotim, abordado no texto distribuído, apresenta de especial. Perguntava também onde se localizava o museu estudado na aula e o que é arte contemporânea. O Professor E3 disponibilizou um tempo para que os alunos respondessem as questões.

Após alguns minutos o professor passou nas cadeiras dos alunos verificando quem tinha terminado a atividade, verificou que somente alguns tinham concluído, portanto deu mais alguns minutos para que todos terminassem. Agindo de acordo com o que diz Freire:

A tarefa coerente do educador que pensa certo é exercendo como ser humano a irrecusável prática de inteligir, desafiar o educando com quem se comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado. FREIRE (1996, p.42).

Após praticamente todos terem concluído, o professor recebeu dos alunos as atividades e respondeu juntamente com os alunos, as três questões no quadro fazendo comentários e explanações.

Neste sentido, salientamos que somente nós humanos podemos fazer arte e esta é produzida em determinada época, inserida em determinado contexto, cultura e sociedade, possui valores, conceitos, emoções, significados e expressão da realidade, daí se faz importante trabalhar arte na educação de jovens e adultos.

Esse professor propõe atividades muito atrativas, e interessantes. Ele tem os momentos bem definidos, no entanto não engessados, pois vai estendendo a atividade a medida que os alunos necessitam. Ele sabe atrair os alunos, sabe incentivar para que todos falem e participem, até os mais tímidos.

Não foi produzido, nenhuma obra de arte na aula do professor E3 apenas conceitos foram trabalhados no dia da observação desse professor, apesar disso a arte:

[...] estimula a inteligência e contribui para a formação integral do indivíduo, sem ter o foco na formação artística em si, por essa razão pode-se considerar que a arte se coloca como um trabalho educativo importante para a dimensão humana. (QUADROS, 2011, p. 55)

O docente tem um respeito pelos alunos em cada gesto e atitude que faz. Ele respeita as características de cada aluno demonstrando dedicação, organização, criatividade e responsabilidade com a Educação de Jovens e Adultos. Essas características conforme Freire são imprescindíveis na prática pedagógica:

Sobre isso, Freire (FREIRE: HORTON, 2003, p. 125-126) diz:

A aprendizagem dos educandos tem que ver com a docência dos professores e professoras, com sua seriedade, com sua competência científica, com sua amorosidade, com seu humor, com sua clareza política, com sua coerência, assim como todas as estas qualidades têm que ver com a maneira mais ou menos justa ou decente com que são respeitados.

d) A aula ministrada pelo Professor E4

A observação do professor E4 foi em uma sala de EJA IV que corresponde do 6º ao 7º ano do ensino fundamental. O referido docente ensina educação física, ciências e matemática nessa turma. No dia da observação o professor E4 ministrou aula de educação física. O professor E4 relatou que no EJA não existe espaço nem condições para realizar atividade física com os alunos, podendo apenas passar conteúdo.

Iniciou a aula distribuindo para os alunos um texto intitulado “Olimpíadas” e pediu para que copiassem no caderno o texto, seria dada uma nota para quem assim o fizesse. O professor deu um tempo para que os alunos concluíssem a tarefa, depois de alguns minutos, perguntou quem já teria concluído a cópia do texto, a maioria dos alunos pediu um pouco mais de tempo, onde foi concedido pelo professor mais alguns minutos. Depois de ter dado mais uns minutos o professor E4 perguntou novamente se todos já haviam copiado o texto, tendo a resposta positiva de quase todos.

O professor passou então a ler o texto “Olimpíadas” escolhendo alguns alunos para que cada um lesse um pequeno trecho. Essa atitude do professor E3 se faz importante, pois a leitura no coletivo pode fazer com que os alunos interajam e a leitura seja bem mais proveitosa. Estando de acordo com o que VOVIO diz:

[...] no processo de aprendizagem pela própria função da EJA é o objetivo de ler para aprender, que implica a organização de propostas coletivas que abordam informações, conhecimentos e competências substanciais para o tratamento de temas e problematizações. (VÓVIO, 2007, p. 93, grifo da autora).

O texto falava da história das Olimpíadas, como e onde surgiu, também tratava dos Jogos Olímpicos, dos Jogos de Inverno, Jogos Paralímpicos, Jogos da Juventude, e da Bandeira Olímpica. A medida que os alunos liam o texto o professor interrompia a leitura e explicava cada tópico melhorando a compreensão dos alunos, foi possível observar como eles só com a leitura não entendiam perfeitamente o texto, no entanto, quando o professor passava a explicar eles entendiam. Agindo assim, o professor observado, de acordo com as orientações dos PCN sobre leitura, a ser considerada no contexto escolar:

A leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu

conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre linguagem etc. Não se trata de extrair informação, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência, e verificação, sem as quais não é possível proficiência. É o uso desses procedimentos que possibilita controlar o que vai sendo lido, permitindo tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, avançar na busca de esclarecimentos, validar no texto suposições falsas. (In: Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental: língua portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: (MEC/SEF, 1998, p. 69-70).

Como salienta o trecho, na atividade de leitura, o educador pode ler juntamente com os educandos, para assim, juntos, construir sentido, fazendo uso de estratégias, como seleção, antecipação, inferência e verificação. Foi o que fez o professor E3.

Após ter sido trabalhado pelo professor juntamente com os alunos o texto, foi distribuída uma atividade com 15 questões onde perguntava e fazia os educandos refletirem sobre os conhecimentos do texto. Estando assim o professor E3 de acordo com o que orienta os PCN.

Ao professor cabe planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno, procurando garantir aprendizagem efetiva. Cabe também assumir o papel de informante e de interlocutor privilegiado, que tematiza aspectos prioritários em função das necessidades dos alunos e de suas possibilidades de aprendizagem. (BRASIL, 1998, p. 22).

Essa atitude de mediação realizada pelo professor observado é basilar e de suma importância no processo, pois ele, o educador, é o responsável pela organização de ações das atividades, até que os seus alunos venham a adquirir maturidade de leitura. O professor pediu para que eles respondessem as questões a partir das discussões realizadas na sala e dos seus conhecimentos. Foi dado alguns minutos para que todos conseguissem responder.

Como o final da aula estava se aproximando o professor resolveu deixar as questões para serem entregues na próxima aula e passou a entregar aos alunos uma prova que havia sido feita na aula anterior. Parabenizou toda a sala pelas boas notas atingidas na prova e pediu que todos resolvessem, em casa, as questões que não foram possível resolver em sala, e trouxessem na próxima aula.

Voltamos à questão abordada no primeiro paragrafo da observação do professor E4 quando este educador nos relata o fato de na educação de jovens e adultos-EJA, não existir habilitação para passar atividades físicas para os alunos, podendo apenas passar conteúdo.

Como já relatamos o aluno de EJA quase sempre é um aluno trabalhador que passa o dia inteiro trabalhando e a noite vai à escola, quase sempre exausto, talvez por isso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 aponta como opcional a Educação Física nos cursos noturnos, no artigo 26º, parágrafo 3º, diz: “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos” (BRASIL, 1996).

No entanto, essa não parece ser a melhor forma de lidar com essa questão, passando apenas conteúdos para os alunos e lhes negando a oportunidade de ter contato com atividade física na escola. Nem o professor e menos ainda a escola pode ficar inerte a essa problemática.

Sobre isso o MEC aponta:

No entanto, o professor pode estruturar, para os alunos do ensino noturno, um programa de aulas de Educação Física que esteja de acordo com o projeto educativo da escola, conforme preconiza a LDBEN n.º 9.394/96, reforçando a necessidade de a disciplina estar integrada à proposta pedagógica da escola. Como indicativos imediatos, a lei mostra a importância da participação dos professores das diversas áreas nas reuniões, na elaboração dos planejamentos, nos conselhos e também, de acordo com contexto da escola, o oferecimento das aulas de Educação Física no mesmo horário dos demais componentes curriculares. Essa organização, na verdade, facilita o encontro dos professores, a discussão e o encaminhamento de projetos interdisciplinares. (BRASIL, MEC. 2016)

Torna-se realmente importante o desenvolvimento de uma proposta de Educação Física para Educação de Jovens e Adultos não apenas com conteúdos, mas sim com atividades físicas que proporcionem ao educando mais saúde e uma melhor qualidade de vida.

Na observação desse professor, percebi que ele gosta da sala sempre organizada. A sua aula é bem planejada. Tem uma preocupação imensa com seus alunos e com o aprendizado de todos. Esse professor se mostrou bastante seguro em sua prática e denota em cada atitude o quanto ele gosta de trabalhar com Educação de Jovens e Adultos, entretanto, não atende ao que está estabelecido em relação à atividade, tendo em vista as condições estruturais da escola. O que nós compreendemos é que mesmo na sala de aula poderiam ser feitas atividades que contribuissem com a qualidade de vida de seus alunos.

3.2. Aprofundando nossas Aproximações Iniciais

Nesta parte de nosso estudo apresentamos a análise das nossas entrevistas com os educadores e educadoras, almejando um melhor aprofundamento sobre o nosso objeto de estudo que é o papel do professor na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os quatro professores que tiveram suas aulas observadas foram entrevistados.

Ainda hoje, embora com menor frequência que alguns anos atrás, apesar de haver leis que regulamentam a educação no Brasil, constata-se professores atuando na educação de jovens e adultos sem a habilitação e a qualificação necessária para o magistério, principalmente em instituições particulares, projetos em ONGS e até grupos religiosos que se propõem a ensinar adultos, com educadores, na quase totalidade, sem nenhuma formação acadêmica. Paulo Freire nos alerta sobre isso: “O papel que tais Igrejas podem desempenhar e vêm desempenhando no campo da educação tem, portanto, de estar condicionado por sua visão do mundo, da religião, dos seres humanos e de seu “destino”. Sua concepção da educação, que se concretiza em uma prática correspondente, não pode deixar de ser quietista, alienante e alienante.”. (FREIRE, 1981, p. 105)

É a concepção errônea que se podem improvisar professores de Educação de Jovens e Adultos. Em relação a isso, Torres nos explica:

Na verdade continua arraigada a ideia de que qualquer pessoa que saiba ler e escrever pode se converter em alfabetizador, assim como a ideia de que qualquer educador o é automaticamente – pelo fato de sê-lo um educador de adultos. É típico que se passe a ver o professor da escola como depositário natural da tarefa de alfabetizar adultos. (TORRES, 1990, p. 05).

Apesar de não apontar uma formação específica para o professor atuar na Educação de Jovens e Adultos, sendo exigido a mesma formação de outros professores que atuam na educação básica, a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) - LDB, que é a lei orgânica e geral da educação brasileira, que, como o próprio nome diz, dispõe sobre as diretrizes e as bases da organização do sistema educacional, em seu artigo 62 trata da formação de docentes para a Educação Básica incluindo a Educação Infantil e as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL,LDB 9394/95 art. 62).

Indaga-se de que maneira essas pessoas irão trabalhar com educação, se lhes falta o conhecimento sobre as concepções e fundamentos da Educação de Jovens e Adultos, sobre o processo de aprendizado do educando ou sobre a melhor maneira de propiciar condições para tal. Sobre isso o Parecer CEB nº 11/2000, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. CNE, 2000. Diz:

Com maior razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer. (CURY, 2000, p. 50).

É perceptível que até os professores com formação em instituições de ensino superior se veem despreparados ou carentes de informações diante do grande desafio de trabalhar na Educação de Jovens e Adultos (inclusive nesta universidade). Deficiência essa que se torna ainda mais acentuada quando se constata que há muitos que sequer detêm formação na área e, mesmo assim, exercem a profissão. Não há dúvidas de que a formação do educando, que na quase sua totalidade, são trabalhadores alunos, já com muitas dificuldades e desafios, ante a orientação de tais profissionais ficará gravemente afetada negativamente.

Esse foi um aspecto não observado na escola objeto do presente estudo, na qual todos os professores e professoras são formados em nível superior e a grande maioria com especialização e atuam na Educação de Jovens e Adultos há mais de cinco anos.

Objetivando conhecer melhor o contexto escolar, as concepções e a realidade dos professores que nela trabalham, realizamos uma entrevista com professores do EJA I, ao IV, na qual foram feitas perguntas sobre Educação de Jovens e

Adultos, as motivações para se trabalhar nessa modalidade, concepções sobre o aluno de EJA, e tantas outras questões abordadas, que analisamos a seguir.

Trabalhar com Educação de Jovens e Adultos é encantador, perceber a grande evolução no aprendizado dos alunos e a forma particular que eles têm de ver o mundo a partir das suas experiências de vida. Transparecem garra e sabedoria, no entanto, precisam de atenção, e de professores qualificados, que se comprometam a propor situações e atividades que estimulem a curiosidade para o aprendizado, incentivem o questionamento, a indagação. Professores que em suas propostas promovam principalmente a valorização dos conhecimentos prévios dos educandos, algo tão importante para o aprendizado destes.

Paulo Freire defende a interação entre o conteúdo didático e a realidade vivida pelo educando, pois ele, o aluno, vive na prática com todas as dificuldades de sua comunidade.

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? Porque, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferí-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos. (FREIRE, 1996, p.15)

Nesse contexto, os educandos precisam de professores conchedores e compromissados com a experiência e com o conhecimento prévio de cada um deles, entendendo cada aluno como um ser único, que tem formas diferenciadas de vivências, apreensão das informações e suas peculiaridades. Ou seja, os alunos de EJA precisam de professores que gostem e se sintam motivados em trabalhar nessa modalidade de ensino.

É o que observamos nas respostas dos professores quando questionados sobre o que os motivavam a trabalhar em EJA. Os entrevistados responderam que a motivação começa a partir dos próprios alunos, como disse o professor E1: *“Primeiramente o que me motiva é o comprometimento de cada aluno em querer aprender, isso me concedeu mais entusiasmo e ânimo. [...] No entanto, o turno e o*

horário também me motivam, pois sou concursado em três horários com 300 horas aula mensal.”. Já o professor E3 respondeu: “*Algumas circunstâncias me levaram a lecionar no curso noturno, mas sem dúvida as múltiplas carências da EJA o tornam mais desafiador. O interesse dos alunos foi o que mais me chamou atenção.*”.

O respeito e a admiração pelos educandos ficam bem evidentes nas respostas, e que o que os motivam a serem professores de EJA é o prazer e o desafio de lidar com jovens e adultos, que são “pedras preciosas” que precisam apenas de uma lapidação para que seja aflorada o seu “real brilho”. Para isso, são muitas as oportunidades de relações que a escola oferece entre educadores e educandos e entre eles próprios. A concepção do aluno de EJA é uma noção historicamente construída e consequentemente vem mudando ao longo dos anos. Nem sempre os jovens e adultos não alfabetizados foram vistos como seres capazes intelectualmente e politicamente ou como cidadãos de direitos. Por muito tempo foram marginalizados da sociedade e excluídos das decisões políticas, podiam até votar desde que possuíssem muito poder econômico, o que era privilégio de poucos, além disso, eram encarados como doentes. Sobre essa errônea visão inferiorizada do analfabeto Freire nos diz:

A concepção, na melhor das hipóteses, ingênuas* do analfabetismo o encara ora como uma “erva daninha” – daí a expressão corrente: “erradicação do analfabetismo” –, ora como uma “enfermidade” que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma “chaga” deprimente a ser “curada” e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de “civilização” de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênuas ou astuta, como a manifestação da “incapacidade” do povo, de sua “pouca inteligência”, de sua “proverbial preguiça”. (FREIRE, 1981, p. 11)

Muitas mudanças ocorreram ao longo dos anos. Hoje sabemos que o analfabeto, jovem e adulto, como todo ser humano, é um sujeito social e histórico, é membro e na grande maioria como único provedor de recursos financeiros de uma família o qual está inserida na sociedade e que assim como todo cidadão tem seus direitos assegurados por Lei.

No tocante a isso, foi perguntado aos entrevistados sobre o que é ser, para eles, aluno de EJA e qual a importância destes para a sociedade. As respostas mencionaram: Quebra de barreiras, recomeço e esperança. Segundo o professor E1: “É quebrar barreiras e preconceitos, mostrar para si e para a sociedade que nunca é tarde para recomeçar.”. O professor E4 respondeu: “É uma esperança para dar continuidade

aos seus estudos. Melhorar o nível intelectual da sociedade e é permitido a ele concorrer por igual aos concursos públicos e privados”.

Sobre isso o professor E3 relatou:

É o aluno que passou por histórias de vida que não o permitiram concluir no período regular. São alunos que muitas vezes tiveram o direito negado pelo poder público. Eles representam uma nova oportunidade de ingressarem no mercado de trabalho qualificado ou na melhoria dos índices voltados para áreas da educação. (PROFESSOR E3).

Trabalhar com Educação de Jovens e adultos, conforme os entrevistados é a melhor profissão que pode existir. É maravilhoso perceber o modo como eles encaram os novos conhecimentos, a maneira como veem as situações e a resolução de seus problemas, a forma como aprendem, o aprimoramento de cada um deles. É um trabalho realmente recompensador, porém não recebe a devida valorização principalmente do Estado e dos governos.

Foi perguntado aos entrevistados se eles gostam de trabalhar com aluno de EJA. Todos responderam afirmativamente, e consideram-se realizados pela escolha profissional, por contribuírem com o aprendizado desses alunos. Percebemos na resposta do professor E4: “Gosto. São alunos que passaram por muitas dificuldades. E eles têm uma nova oportunidade de recuperar o tempo perdido.”. O professor E3 diz: “Sim, pois o acompanhamento de seu aprendizado ocorre de maneira mais próxima e detalhada.”.

Não é suficiente somente gostar de ensinar para ser um bom professor de Educação de Jovens e Adultos. Torna-se extremamente necessário um aprofundamento teórico e a busca constante de aperfeiçoamento para utilizar as melhores formas de conseguir com que os alunos tenham êxito no aprendizado. Pensando nessa formação teórica, voltada à prática dos professores da EJA, foi-lhes perguntado qual teórico da educação mais condiz ou lhe inspira sua prática. Todos citaram Paulo Freire. O entrevistado E3 respondeu que, além de Paulo Freire, também se identifica muito com os construtivistas Jean Piaget e Emília Ferreiro. O professor E1 foi enfático em dizer que Paulo Freire é o teórico que mais condiz ou inspira em sua prática.

Estas foram as entrevistas realizadas e de uma maneira geral, nos permitiram perceber como se dá o desenvolvimento educacional e o processo de aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos e, ainda, identificar o papel do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando nosso objetivo geral, que consiste em discutir e analisar o trabalho desenvolvido em uma escola de Educação de jovens e Adultos, compreendemos que tivemos essa compreensão através das observações, entrevistas e respostas dos educadores, em conjunto com o estudo de alguns teóricos sobre a temática problematizada.

Percebeu-se, após a pesquisa, que o papel do professor ultrapassa a concepção de alguns teóricos que definem o papel do educador apenas como mediador ou somente como transmissor dos conhecimentos para o educando. Não estamos necessariamente nos opondo a tais concepções, no entanto, concluiu-se com o estudo que o professor necessita, muitas vezes, desempenhar vários papéis para se adaptar às situações impostas pelo cotidiano de EJA, e para isso, precisa desempenhar funções que são muito além das descritas por esses teóricos, buscando sempre em sua prática o desenvolvimento dos alunos, mesmo diante de tantas dificuldades impostas todos os dias.

Esse estudo foi importante também para se frisar a necessidade para que o professor analise sua prática todos os dias, perceba e conheça seu aluno, respeite-o em suas peculiaridades, seja crítico da realidade e que não se satisfaça com qualquer prática ou resultado, visto que, quando nos sentimos satisfeitos, paramos de procurar melhorias.

Foi percebido durante as observações e entrevistas o que é o papel do professor educar não só em assuntos didáticos, mas também eticamente, profissional e socialmente. Observar, investigar, mediar as relações, dar atenção, conhecer seu aluno, passar confiança ao educando para que ele sinta-se bem no ambiente escolar, planejar, ser também aluno aprendendo com os educandos que tem muitos conhecimentos, ser verdadeiro quando precisar orientá-los, incentivar as interações, estimular, gostar igualmente dos alunos, ser ético, entre muitos outros.

Para que todos esses papéis sejam desempenhados de forma satisfatória, tanto pra o educando, quanto para o educador valemo-nos do pensamento de Paulo Freire (1921-1997), “O papel do professor é estabelecer relações dialógicas de ensino e aprendizagem; em que professor, ao passo que ensina, também aprende. Juntos,

professor e estudante aprendem juntos, em um encontro democrático e afetivo, em que todos podem se expressar.”.

Segundo Elenir Souza Santos, o educador vem cada vez mais:

[...] abandonando essa ideia de ser apenas um transmissor de conhecimentos e se tornando mais um orientador, um estimulador de todos os processos que levam os alunos a construírem seus conceitos, valores, atitudes e habilidades que lhes permitam crescer como seres humanos, como cidadãos e futuros trabalhadores, desempenhando uma influência verdadeiramente construtiva. A Educação, acrescento também o educador, deve ter em mente que se deve não apenas formar trabalhadores para as exigências do mercado de trabalho, mas cidadãos críticos capazes de transformar um mercado de exploração em um mercado que valorize uma mercadoria cada vez mais importante: o conhecimento. Dentro deste contexto, é imprescindível proporcionar aos educandos uma compreensão racional do mundo que o cerca, levando-os a um posicionamento de vida isento de preconceitos ou superstições e a uma postura mais adequada em relação a sua participação como indivíduo na sociedade em que vive e do ambiente que ocupa”. (GESTÃO UNIVERSIT S/P. 2016)

Assim, partindo destas afirmações compreendemos que: não podemos estagnar no tempo, não esquecemos nunca que precisamos e temos a capacidade de aprendizagem contínua, e devemos usufruir dessa capacidade. Temos meios para nos renovar, para sermos capazes de, entre outras coisas, nunca nos considerarmos completos, prontos, feitos por inteiro. Muito ao contrário, devemos pensar que somos seres inacabados, e estamos sempre precisando de reajustes. [...] “Um educador precisa sempre, a cada dia, renovar sua forma pedagógica para, da melhor maneira, atender a seus alunos, pois é por meio do comprometimento e da “paixão” pela profissão e pela educação que o educador pode, verdadeiramente, assumir o seu papel e se interessar em realmente aprender a ensinar”. (FREIRE, 1996, p.31)

Precisamos pensar se, enquanto educadores, estamos contribuindo de fato para o aprendizado e para a formação de alunos mais críticos. Segundo FREIRE (1996: 96), “o bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma *cantiga de ninar*. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas”.

Ainda de acordo com FREIRE, “o professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do

mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca”.

Segundo Cury (2008) o papel do professor não é somente preocupar-se em repassar a seus alunos os conteúdos dos livros didáticos, sendo apenas transmissores de conhecimentos protos. Pois tudo e todos estão em permanentes transformações. “Os professores devem abandonar o vício de transmitir conhecimento pronto como se fossem verdades absolutas.” (CURY, 2008, p. 93).

Sendo assim, é papel do professor entender a sala de aula como um espaço de relações entre os sujeitos, como meio social que obtém relacionar o conhecimento com suas experiências. No ensino, para que os alunos possuam uma boa aprendizagem é necessário que haja uma relação dialógica entre professor e aluno, onde os conhecimentos são recíprocos.

Paulo Freire afirma que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas as mudanças do mundo são um “que fazer educativo em si mesmas”. Reforça que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. “Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos”. (FREIRE. P. A Educação na Cidade, 1991, p. 126).

Paulo Freire reforça a necessidade de o educador assumir o “compromisso com os destinos do país. Compromisso com seu povo. Com o homem concreto. Compromisso com o ser mais deste homem” (idem, ibidem, 2007, p. 25). Ainda de acordo com Paulo Freire “o papel do professor e da professora é ajudar o aluno e a aluna a descobrirem que dentro das dificuldades há um momento de prazer, de alegria” (FREIRE, 2003, p. 52).

A preocupação de Freire (2003), com a falta de entusiasmos e de amor dos próprios professores, mostra que essa ausência de interesse dos educadores por sua profissão, essa falta de alegria coopera para que seus alunos não se sintam motivados a aprender e produzir novos conhecimentos.

O educador, antes de tudo, deve ter amor pela profissão. Temos a consciência que não é nada fácil, no entanto, quando temos a certeza da importância da nossa profissão para a sociedade, quando nos atribuímos o nosso real valor e fazemos da nossa prática uma conexão para o desenvolvimento dos nossos educandos, estamos fazendo uma conexão para o nosso próprio desenvolvimento.

REFERÊNCIAS:

- AGUIAR, Raimundo Helvérico Almeida. Educação de Adultos no Brasil: políticas de (des) legitimação, 2001, p 10-12.).
- ALVES, R. **Conversas sobre educação**. Campinas, SP: Verus, 2013.
- ANTUNES, Denise Dalpiaz. Relatos significativos de professores e alunos na Educação de Jovens e Adultos e sua auto-imagem e auto-estima, 2006, p. 33.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília, 1998.
- CANDA, Cilene Nascimento. Conscientização e ludicidade na educação de jovens e adultos: revendo caminhos teóricometodológicos. Educação Popular, Uberlândia, v. 11, n. 1, p. 10-24, jan./jun. 2012.
- CURY, Augusto. Pais brilhantes, professores fascinantes, Augusto Cury. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- FREIRE, P. & HORTON, Myles. O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social. 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção leitura).
- _____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.
- JATOBÁ, A. L. P. et al. Escola Pública: espaço de compromisso ético. In: *Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos*. Brasília, v. 10, p. 89-96, 1999.
- LYRA, A. Tavares de. Os ministros de estado da independência á República. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.
- MARACANAU. Site Oficial: disponível em: <http://www.maracanau.ce.gov.br/educacao-em-maracanau/> Acesso dia: 26/09/2016.
- PAIVA, V. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola 1973. v. 1.
- PICONEZ, S. C. B. Educação Escolar de Jovens e Adultos: das competências sociais dos conteúdos aos desafios da cidadania. Campinas: Papirus, 2002. (Col. Papirus Educação, 2^a ed.).

PILETTI, Claudino. Filosofia da educação. São Paulo: Ática, 1997

_____. História da educação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

QUADROS, Imara Pizzato. Arte popular: trilheira para a arte/educação/ambiental. In: SATO, Michèle (Org.). **Eco-ar-te para reencantamento do mundo**. São Carlos: Rima/Fapemat, 2011. p. 52-61.

ROMÃO, J. E. (Org.). Educação de jovens e adultos: teoria prática e proposta.

ROMÃO, J. E. Compromisso do educador de jovens e adultos. In: GADOTTI, M.; São Paulo: Cortez, 2006. v. 5.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva SOUZA, C. M. Nenhum brasileiro sem escola: projetos de educação de adultos do STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs). Histórias e Memórias da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

VÓVIO, C. L. práticas de Leitura na EJA: do que estamos falando e o que estamos aprendendo. Revej@- revista de educação de jovens e adultos, v.1, agosto, 2007, p. 85-96.

ZOTTI, Solange Aparecida. Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas, SP: Ed. Plano 2004.). Disponível em:
http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_st1/paula_albano_st1.pdf

ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA. Disponível em:
http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm. Acesso dia: 16/02/2017

GÓES, Moacyr de. De pé no chão também se aprende a ler: (1961-1964) uma escola democrática. 3. ed. Natal: Palumbo, 2010.

O MÉTODO PAULO FREIRE: disponível em:
<http://fazerpedagogia2.webnode.com.br/pensadores/2/>. Acesso dia: 16/02/2017.

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBs) Disponível em:
<http://domeugeniosales.webnode.com.br/comunidades-eclesiais-de-base/>. Acesso dia 15/02/2017.

RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 32 DE 1º DE JULHO DE 2011. Disponível em
<http://portal.mec.gov.br>. Acesso dia 15/03/2017

FREIRE, P. A Educação na Cidade. São Paulo: Cortez, 1991.